



TotalEnergies Terra Santa Participações S.A.

(anteriormente denominada "Eren Terra
Santa Participações S.A.")

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
TotalEnergies Terra Santa Participações S.A.
(anteriormente denominada "Eren Terra
Santa Participações S.A.")

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da TotalEnergies Terra Santa Participações S.A.(anteriormente denominada "Eren Terra Santa Participações S.A.") ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



TotalEnergies Terra Santa Participações S.A.
(anteriormente denominada "Eren Terra
Santa Participações S.A.")

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o



TotalEnergies Terra Santa Participações S.A.
(anteriormente denominada "Eren Terra
Santa Participações S.A.")

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Daniel Rodrigues de Oliveira
Assinado por: DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA 31574423843
CPF: 31574423843
Data/Hora de Assinatura: 18 de maio de 2026 | 16:42 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital ICP-Brasil
C: BR
Email: AC: SynguardID Multipla
CRL: 3728946408

Daniel Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP247874/O-3

Conteúdo

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais	13
3 Gerenciamento de riscos	24
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	25
5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)	26
6 Contas a receber de clientes (Consolidado)	26
7 Imobilizado (Consolidado)	27
8 Investimentos (Controladora)	27
9 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)	29
10 Comissões de fianças a pagar (Consolidado)	30
11 Outras contas a pagar (Consolidado)	31
12 Provisão de desmobilização (Consolidado).....	31
13 Patrimônio líquido	31
14 Receita líquida de vendas (Consolidado).....	32
15 Custos operacionais (Consolidado).....	32
16 Despesas gerais ou administrativas	32
17 Resultado financeiro	33
18 Partes relacionadas.....	33
19 Instrumentos financeiros	34
20 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)	36
21 Contingências	36

Balancos patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora		
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.831	13.504	19.230	238	293	514
Contas a receber de clientes	6	4.459	4.274	4.324	—	—	—
Impostos a recuperar		15	30	—	9	26	42
Outros créditos		1.665	2.215	3.554	14	15	—
Total do Ativo Circulante		13.970	20.023	27.108	261	334	556
Aplicações financeiras vinculadas	5	5.163	4.679	—	—	—	—
Outros créditos		—	326	—	—	—	—
Realizável a longo prazo		5.163	5.005	—	—	—	—
Imobilizado	7	391.750	410.857	433.400	—	—	—
Intangível		72	95	11	21	29	4
Direito de uso		—	—	—	—	—	—
Ágio	8	500	500	500	500	500	500
Investimento	8	—	—	—	181.534	200.152	217.627
Total do Ativo Não Circulante		397.485	416.457	433.911	182.055	200.681	218.131
Total do Ativo		411.455	436.480	461.019	182.316	201.015	218.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TotalEnergies Terra Santa Participações S.A.
Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado			Controladora		
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)
Fornecedores		1.140	2.230	1.452	1	27	—
Empréstimos e financiamentos	9	10.088	7.525	6.738	—	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	18	—	—	60	—	—	—
Obrigações fiscais		368	362	132	—	1	—
Imposto de renda e contribuição social	20	481	496	536	—	—	—
Obrigações trabalhistas		60	55	47	—	—	—
Comissões de fianças a pagar	10	3.480	3.889	3.932	—	—	—
Outras contas a pagar	11	17.631	10.734	—	—	—	—
Total do Passivo Circulante		33.248	25.291	12.897	1	28	—
Empréstimos e financiamentos	9	166.816	178.204	191.097	—	—	—
Comissões de fianças a pagar	10	22.686	26.349	30.239	—	—	—
Provisão de desmobilização	12	6.390	5.649	4.995	—	—	—
Outras contas a pagar		—	—	3.104	—	—	—
Total do Passivo Não circulante		195.892	210.202	229.435	—	—	—
Total do Passivo		229.140	235.493	242.332	1	28	—
Patrimônio líquido	13						
Capital social		209.449	209.449	209.449	209.449	209.449	209.449
Reserva legal		—	—	2.039	—	—	2.039
Reserva de lucros a distribuir		—	—	7.199	—	—	7.199
Prejuízos acumulados		(27.134)	(8.462)	—	(27.134)	(8.462)	—
Total do Patrimônio Líquido		182.315	200.987	218.687	182.315	200.987	218.687
Total do Passivo e Patrimônio líquido		411.455	436.480	461.019	182.316	201.015	218.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Receita líquida operacional	14	30.433	41.650	—	—
Custos operacionais	15	(30.594)	(45.156)	—	—
Prejuízo bruto		(161)	(3.506)	—	—
Despesas gerais ou administrativas	16	(1.360)	(2.020)	(83)	(223)
Outras receitas (despesas) operacionais		91	3.264	(2)	(3)
Despesas (Receitas) operacionais		(1.269)	1.244	(85)	(226)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(1.430)	(2.262)	(85)	(226)
Receitas financeiras	17	1.850	1.308	33	2
Despesas financeiras	17	(17.001)	(14.831)	(2)	(1)
Resultado financeiro		(15.151)	(13.523)	31	1
Resultado de equivalência patrimonial	8	—	—	(18.618)	(17.547)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(16.581)	(15.785)	(18.672)	(17.772)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(2.091)	(1.987)	—	—
Prejuízo do exercício		(18.672)	(17.772)	(18.672)	(17.772)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(18.672)	(17.772)	(18.672)	(17.772)
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	—	—	—	—
Resultado abrangente total	(18.672)	(17.772)	(18.672)	(17.772)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		209.449	2.039	7.271	—	218.759
Ajustes de exercícios anteriores				(72)	72	
Prejuízo do exercício		—	—	—	(17.772)	(17.772)
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	—	—	—	—
Absorção de prejuízos	13	—	(2.039)	(7.199)	9.238	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		209.449	—	—	(8.462)	200.987
Prejuízo do exercício		—	—	—	(18.672)	(18.672)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		209.449	—	—	(27.134)	182.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Consolidado			Controladora	
Nota	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(18.672)	(17.772)	(18.672)	(17.772)
Ajustes para:				
Depreciação	7	19.765	24.100	—
Amortização Intangível		17	45	8
Apropriação de apólices de seguros		—	(1.011)	—
Equivalência patrimonial	8	—	—	18.618
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	12.352	13.387	—
Juros sobre provisão de desmobilização		740	654	—
Rendimento de aplicações	5	(621)	(1.308)	—
Apropriação do custo de captação	9	8.043	641	—
Imposto de renda e contribuição social	20	2.091	—	—
	23.715	18.736	(46)	(210)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes		(185)	51	—
Outros créditos		728	(15)	1
Despesas antecipadas		—	1.992	(2)
Impostos a recuperar		15	17	16
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		—	(60)	—
Fornecedores		(1.090)	778	(26)
Comissões de fianças a pagar	10	(4.072)	—	27
Obrigações trabalhistas		5	8	—
Obrigações fiscais		6	1.931	(1)
Outras contas a pagar	11	6.903	7.630	1
	26.025	31.068	(55)	(181)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais				

TotalEnergies Terra Santa Participações S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Impostos pagos sobre o lucro	20	(1.867)	(1.741)	—	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		24.158	29.327	(55)	(181)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	5	—	(3.371)	—	—
Resgates de aplicações financeiras	5	47	—	—	—
Aquisição de imobilizado	7	(658)	(1.557)	—	—
Aquisição de intangível		—	(130)	—	(40)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(611)	(5.058)	—	(40)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de principal - empréstimos e financiamentos	9	(11.889)	(10.092)	—	—
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(12.770)	(13.990)	—	—
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(4.561)	(5.913)	—	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(29.220)	(29.995)	—	—
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(5.673)	(5.726)	(55)	(221)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	13.504	19.230	293	514
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	7.831	13.504	238	293
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(5.673)	(5.726)	(55)	(221)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A TotalEnergies Terra Santa Participações S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada “Eren Terra Santa Participações S.A.”, foi constituída em 23 de março de 2018 e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável. Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração dos empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Terra Santa I e II e a comercialização de energia eólica.

Capital Circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o balanço consolidado apresentava capital circulante líquido negativo de R\$19.278, parte significativa desse valor é referente a parcelas de empréstimos que serão amortizadas no curto prazo pela controlada. O pagamento da dívida será realizado com base na geração de fluxos de caixa operacional das controladas.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de maio de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Administração não efetua julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que podem apresentar efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.9 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados, Consolidado)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controlada e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Empreendimentos	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
					31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Central Eólica T.S Spe I	EOL Terra Santa I	Caçara do Norte (RN)	30 de maio de 2016	Operacional	Controlada	Controlada	100,00%	100,00%
Central Eólica T.S Spe II	EOL Terra Santa II	Caçara do Norte (RN)	30 de maio de 2016	Operacional	Controlada	Controlada	100,00%	100,00%

Nas informações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Reapresentação das cifras comparativas

Durante o exercício de 2025, a Companhia revisou sua metodologia de contabilização de custos de transação, especificamente no que tange às fianças bancárias atreladas aos seus contratos de financiamento. Identificou-se que o critério anteriormente adotado, registros mensais dos valores a pagar das fianças bancárias com respectiva contrapartida no resultado financeiro, não refletia adequadamente a exigência do CPC 48 – Instrumentos Financeiros em relação aos custos de transação. Após a aplicação de nova metodologia, os custos das fianças bancárias passaram a ser apropriados ao resultado pelo método de taxa de juros efetiva, conforme o prazo de vigência das garantias. Os ajustes foram realizados nas informações anuais e apresentados na tabela a seguir:

(a) Balanço patrimonial

1º de janeiro de 2024				
Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Ajustes (b)	Saldo reapresentado
Outros	461.019	—	—	461.019
Total ativo	461.019	—	—	461.019
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	23.741	(4.501)	(12.502)	6.738
Comissões de fianças a pagar	—	3.932	—	3.932
Outros	2.227	—	—	2.227
Total Passivo Circulante	25.968	(569)	(12.502)	12.897
Empréstimos e financiamentos	208.193	(29.598)	12.502	191.097
Comissões de fianças a pagar	—	30.239	—	30.239
Outros	8.099	—	—	8.099
Total Passivo Não Circulante	216.292	641	12.502	229.435
Capital social	209.449	—	—	209.449
Reserva legal	2.039	—	—	2.039
Reserva de lucros a distribuir	7.271	(72)	—	7.199
Patrimônio líquido	218.759	(72)	—	218.687
Passivo e patrimônio líquido	461.019	—	—	461.019

TotalEnergies Terra Santa Participações S.A.
Notas Explicativas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

31 de dezembro de 2024				
Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Ajustes (b)	Saldo reapresentado
Outros	436.480	—	—	436.480
Total ativo	436.480	—	—	436.480
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	25.625	(4.612)	(13.488)	7.525
Comissões de fianças a pagar	—	3.889	—	3.889
Outros	13.877	—	—	13.877
Total Passivo Circulante	39.502	(723)	(13.488)	25.291
Empréstimos e financiamentos	190.033	(25.317)	13.488	178.204
Comissões de fianças a pagar	—	26.349	—	26.349
Outros	5.649	—	—	5.649
Total Passivo Não Circulante	195.682	1.032	13.488	210.202
Capital social	209.449	—	—	209.449
Prejuízos acumulados	(8.153)	(309)	—	(8.462)
Patrimônio líquido	201.296	(309)	—	200.987
Passivo e patrimônio líquido	436.480	—	—	436.480

(b) Demonstrações do resultado e resultado abrangente

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Saldo reapresentado
Despesas financeiras	(14.522)	(309)	(14.831)
Outros	(2.941)	—	(2.941)
Prejuízo do exercício	(17.463)	(309)	(17.772)
Total do resultado abrangente	(17.463)	(309)	(17.772)

(c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Saldo reapresentado
Capital social	209.449	—	209.449
Prejuízos acumulados	(8.153)	(309)	(8.462)
Total do patrimônio líquido	201.296	(309)	200.987

(d) Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)/(c)	Saldo reapresentado
Prejuízo do exercício	(17.463)	(309)	(17.772)
Apropriação do custo de captação	332	309	641
Outros	35.867	—	35.867
Ajustes para:	18.736	—	18.736
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(13.990)	13.990	—
Outros	29.327	—	29.327
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.337	13.990	29.327
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(5.058)	—	(5.058)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	—	(13.990)	(13.990)
Outros	(16.005)	—	(16.005)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(16.005)	(13.990)	(29.995)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5.726)	—	(5.726)

- (a) Apropriação de custos de transação considerando o método de taxa de juros efetiva garantindo que o passivo e a despesa reflitam o prazo de vigência das garantias.
- (b) Reclassificação patrimonial entre curto e longo prazo. O ajuste corrige a segregação das parcelas de empréstimos e financiamentos, adequando a apresentação da liquidez da Companhia no balanço patrimonial.
- (c) Reclassificação dos juros pagos para o fluxo de atividades de financiamento, conforme mudança de política contábil detalhada na [Nota 2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis](#).

2.7 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento*Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, comissões de fianças a pagar e outras contas a pagar.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas.

2.9 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados, Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da controlada.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.10 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.12 Receita operacional (Consolidado)

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato de PPA (Power Purchase Agreement), com a CEMIG Geração e Transmissão, para venda de 100% da geração mensal efetiva da Companhia, pelo período de 20 anos.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

- (a) Classificação dos juros pagos sobre financiamentos de longo prazo nas demonstrações dos fluxos de caixa:

TotalEnergies Terra Santa Participações S.A.

Notas Explicativas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração classificava os juros pagos sobre financiamentos de longo prazo como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. A partir de 1º de janeiro de 2025, modificou-se a classificação dos respectivos juros para atividades de financiamento. Neste contexto, adotou-se esta mudança com o propósito de representar de forma fidedigna a transação no contexto destas demonstrações financeiras conforme sua natureza, uma vez que tais dívidas foram contratadas para viabilizar a construção do empreendimento (CAPEX) das controladas, e serão liquidadas no longo prazo. Como efeito, a Companhia efetuou a reclassificação dos juros pagos divulgados em 31 de dezembro de 2024, da seção de atividades operacionais para atividades de financiamentos nas demonstrações comparativas consolidadas dos fluxos de caixa, representando R\$13.990, conforme tabela abaixo:

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	Consolidado		
	Saldo original	Ajustes	Saldo atual
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(13.990)	13.990	—
Outros	29.327	—	29.327
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.337	13.990	29.327
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(5.058)	—	(5.058)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	—	(13.990)	(13.990)
Outros	(16.005)	—	(16.005)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(16.005)	(13.990)	(29.995)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5.726)	—	(5.726)

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 1º de janeiro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e impactos da adoção das novas normas e alterações listadas abaixo para os próximos exercícios anuais:

- (i) Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board (“ISSB”) – IFRS S1 e IFRS S2. A obrigatoriedade de divulgação está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026.
- (ii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 18, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.
- (iii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 19, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.
- (iv) Reforma tributária brasileira sobre o consumo, mudanças significativas no sistema tributário nacional, a transição começará em 2026 de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

- (v) Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações ao IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza, como energia eólica, energia solar, entre outras, descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem principalmente: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração da Companhia estabelece um montante mínimo de posição em caixa. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, a Administração estabelece no orçamento o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, pelo fato de as controladas comercializarem a energia gerada única e exclusivamente para a CCEE, a Administração não observa exposição ao risco de crédito.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos contratados pelas controladas com o BNB, apresentados na nota 9.

A Companhia e suas controladas monitoram o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para serviço da dívida.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações têm nos ganhos da Companhia e sua controlada, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia e sua controlada não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e suas controladas não possuíam em 31 de dezembro de 2025 e 2024 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. Os financiamentos contratados, apresentados na nota 9, possuem riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos restritos	3.746	Baixa do CDI	3.642	3.544
Efeito no resultado	386		282	184
Saldo de aplicações financeiras	5.163	Baixa do CDI	4.994	4.835
Efeito no resultado	621		452	293
Empréstimos e financiamentos	(211.797)	Alta do IPCA	(215.076)	(218.337)
Efeito no resultado	(12.352)		(15.631)	(18.892)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	18	25	—	—
Bancos conta movimento	9	691	1	293
Aplicações financeiras	4.058	12.788	—	—
Fundo de investimentos - restritos (a)	3.746	—	237	—
Total	7.831	13.504	238	293

(a) A Companhia e suas controladas possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontravam-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a. (11,25% acumulado em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas - Fundo de liquidez BNB	5.163	4.679
Total	5.163	4.679
Ativo não circulante	5.163	4.679

b. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	4.679	—
Rendimento de aplicações	621	1.308
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(90)	—
Aplicações financeiras	—	3.371
Resgates de aplicações financeiras	(47)	—
Saldos finais	5.163	4.679

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia – terceiros	4.459	4.274
Total	4.459	4.274

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

As controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	471.065	(82.681)	388.384	407.454
Edificações	3,33% a 4%	59	(2)	57	—
Equipamentos de processamento de dados	20,00%	108	(30)	78	15
Móveis e utensílios	6,25%	131	(54)	77	82
Provisão para desmobilização	2,86%	3.796	(642)	3.154	3.306
Total		475.159	(83.409)	391.750	410.857

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Adições	Depreciação	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	407.454	509	(19.579)	388.384
Edificações	—	59	(2)	57
Equipamentos de processamento de dados	15	82	(19)	78
Móveis e utensílios	82	8	(13)	77
Provisão para desmobilização	3.306	—	(152)	3.154
Total	410.857	658	(19.765)	391.750

Descrição	31/12/2023	Adições	Depreciação	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	429.850	1.540	(23.936)	407.454
Edificações	—	—	—	—
Equipamentos de processamento de dados	12	6	(3)	15
Móveis e utensílios	81	11	(10)	82
Imobilizado para reposição	—	—	—	—
Provisão para desmobilização	3.457	—	(151)	3.306
Custos de empréstimos	—	—	—	—
Total	433.400	1.557	(24.100)	410.857

8 Investimentos (Controladora)

A Companhia participa em 100% do capital social na Central Eólica T.S Spe I em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no município de Caiçara do Norte (RN), que atua na geração de energia elétrica de fonte eólica e, em razão da atividade exercida, integram o objeto social da Companhia todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, à implantação e à exploração do parque eólico denominado “EOL Terra Santa I”, com potência instalada de 60,35 MW.

A Companhia participa em 100% do capital social na Central Eólica T.S Spe II em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no município de Caiçara do Norte (RN), que atua na geração de energia elétrica de fonte eólica e, em razão da atividade exercida, integram o objeto social da Companhia todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, à implantação e à exploração do parque eólico denominado “EOL Terra Santa II”, com potência instalada de 31.9 MW.

TotalEnergies Terra Santa Participações S.A.
Notas Explicativas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Central Eólica Terra Santa I S.A.	122.435	134.807
Central Eólica Terra Santa II S.A.	59.099	65.345
Total	181.534	200.152

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro	200.152	217.699
Equivalência patrimonial	(18.618)	(17.547)
Saldos em 31 de dezembro	181.534	200.152

c. Saldos das controladas

31/12/2025					
Investidas	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
Central Eólica Terra Santa I S.A.	100%	271.909	149.474	122.435	(12.255)
Central Eólica Terra Santa II S.A.	100%	138.763	79.664	59.099	(6.363)
Total		410.672	229.138	181.534	(18.618)

31/12/2024					
Investidas	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
Central Eólica Terra Santa I S.A.	100%	288.081	153.119	134.690	(8.712)
Central Eólica Terra Santa II S.A.	100%	147.535	82.036	65.462	(8.835)
Total		435.616	235.155	200.152	(17.547)

d. Ágio

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Central Eólica Terra Santa SPE I S.A.	250	250
Central Eólica Terra Santa SPE II S.A.	250	250
Total	500	500

O valor do ágio refere-se ao valor justo dos ativos ("Fair Value") relativos às aquisições das controladas em 2018. Tal valor foi calculado baseado nos fluxos de caixa futuros das controladas que já possuíam contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado de Contratação ("CCEAR"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indicativos de *impairment*.

9 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

As controladas celebraram em 27 de novembro de 2019 e 27 de dezembro de 2019 contratos de financiamentos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") nos montantes de R\$157.683 e R\$83.480 para Central Eólica T.S Spe I e Central Eólica T.S Spe II, respectivamente, destinado à implantação do empreendimento, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE").

Os encargos das operações correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 1,3579% ao ano. O período total de pagamento dos contratos é de 240 meses com carência de 25 meses, sendo a primeira prestação liquidada em 15 de janeiro de 2022 respectivamente, e a prestação final a vencer em 15 de janeiro de 2042.

Os contratos de financiamentos são garantidos por meio de (i) fianças bancárias para cobertura de 100% do saldo devedor dos financiamentos, que poderão ser reduzidas mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação previstas nos contratos, e (ii) garantias usuais no âmbito de financiamento de projetos, tais como, cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pelas controladas e contas reservas em fundo de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as controladas encontravam-se inadimplentes com os covenants estabelecidos nos contratos de financiamentos.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
BNB	211.797	224.104
(-) Custo de captação	(34.893)	(38.375)
Total	176.904	185.729
Circulante	10.088	7.525
Não circulante	166.816	178.204

b. Movimentação da conta

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Saldos em 1º de janeiro	185.729	193.696
Juros incorridos	12.352	13.387
Pagamento de principal	(11.889)	(10.092)
Pagamento de juros	(12.770)	(13.990)
Apropriação do custo de captação	8.043	8.641
Custo de captação pago no exercício	(4.561)	(5.913)
Saldos em 31 de dezembro	176.904	185.729
Circulante	10.088	7.525
Não Circulante	166.816	178.204

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	13.116	6%
2027	7.960	4%	7.960	3%
2028	7.400	4%	7.400	3%
2029	7.832	4%	7.832	3%
2030	8.217	4%	8.217	4%
2031	8.879	5%	8.879	4%
2032	9.568	5%	9.568	5%
2033	10.577	5%	10.577	5%
2034	11.970	6%	11.970	6%
2035	13.065	7%	13.065	6%
2036	15.205	8%	15.205	7%
2037	16.615	8%	16.615	9%
2038	18.438	9%	18.438	9%
2039	19.456	10%	19.456	9%
2040	20.623	10%	20.623	10%
2041	20.816	10%	20.816	10%
2042	1.735	1%	1.735	1%
Total parcelas - longo prazo	198.356	100%	211.472	100%
(-) Custo de transação - longo prazo	(31.540)		(33.268)	
Saldo total - longo prazo	166.816		178.204	

10 Comissões de fianças a pagar (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldo de fianças bancárias a pagar, refletindo comissões previstas e ainda não liquidadas até a data-base. Esse saldo encontrava-se segregado entre circulante e não circulante, de acordo com o vencimento esperado das obrigações, em consonância com os prazos contratuais das garantias e com o cronograma de amortização das dívidas subjacentes.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Comissões de fianças a pagar	26.166	30.238
Total	26.166	30.238
Circulante	3.480	3.889
Não circulante	22.686	26.349

11 Outras contas a pagar (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão Ressarcimento CEMIG (a)	16.999	8.400
Apólice de seguros	—	1.580
Outras contas	632	754
Total	17.631	10.734

- (a) Corresponde aos valores estimados a serem ressarcidos à Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG") pelas controladas, em função da geração de energia entregue abaixo dos níveis estabelecidos no contrato de compra e venda de energia firmado entre as partes. Os valores provisionados são calculados com base na diferença entre a energia contratada e a efetivamente entregue, considerando as penalidades e metodologias previstas em contrato.

12 Provisão de desmobilização (Consolidado)

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, considerada a entrada em operação do empreendimento, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos. A estimativa foi mensurada utilizando o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, pelo período de 25 anos, usando uma taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada para o valor presente dos fluxos de caixa é uma taxa de juros livre de risco, sendo utilizada nas controladas no momento do reconhecimento da provisão, a taxa dos títulos do governo brasileiro com vencimento em 10 anos (NTNF). As estimativas incluem desmobilização de todos os bens equipamentos de geração, medição instalados e afixados nos terrenos que sejam relacionados à Companhia.

a. Composição do saldo

Composição do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de desmobilização	6.390	5.649
Total	6.390	5.649

13 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$209.449 em 31 de dezembro de 2025 (R\$209.449 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 209.449.486 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
TotalEnergies S.A	94%	197.341	197.341.367	— %	—	—
Vila Energia Renovável S.A	6%	12.108	12.108.119	— %	—	—
Vila Energia Renovável S/A	—%	—	—	94%	197.341	197.341.367
Total Eren	—%	—	—	6%	12.108	12.108.119
Total	100%	209.449	209.449.486	100%	209.449	209.449.486

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava R\$27.134 como prejuízos acumulados (R\$8.462 em 31 de dezembro de 2024).

14 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	49.540	52.149
Venda de I-RECs	—	46
PIS e Cofins sobre vendas	(1.794)	(2.119)
Penalidades contratuais (a)	(17.313)	(8.426)
Total	30.433	41.650

(a) O valor apresentado trata-se da provisão de penalidades à CCEE da companhia, em decorrência da diferença entre a energia contratada e a efetivamente consumida, conforme cláusulas do contrato de fornecimento, incorrida no período por conta dos eventos de desligamentos da rede de transmissão de energia, definida pela ANEEL ("constrained-off"). Durante o período de 2025, a Companhia reavaliou o critério de apresentação das penalidades contratuais

15 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(360)	(337)
Energia comprada	(44)	(27)
Depreciação	(19.764)	(24.254)
Gastos operacionais	(7.389)	(7.635)
Seguros	(1.287)	(1.010)
Gastos com propriedades	(738)	(861)
Gastos com manutenção (a)	2.127	(8.821)
Taxa de fiscalização - Aneel	(429)	(416)
Outros custos	(2.710)	(1.795)
Total	(30.594)	(45.156)

(a) O saldo positivo refere-se ao ressarcimento por compensação de perdas decorrentes do não atingimento da garantia de disponibilidade contratual, conforme previsto em contrato de fornecimento de turbinas com fornecedor. Os valores reconhecidos foram de R\$ 6.789 em Central Eólica T.S Spe I e R\$ 4.211 em Central Eólica T.S Spe II.

16 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica (a)	(1.073)	(1.833)	(62)	(192)
Tributos e contribuições	(2)	(12)	(2)	(2)
Despesas com escritórios	—	—	—	(17)
Despesas legais	(271)	(111)	(9)	(4)
Depreciação	—	—	(7)	—
Despesas com informática e telecomunicações	—	(3)	—	(3)
Outras despesas gerais ou administrativas	(14)	(61)	(3)	(5)
Total	(1.360)	(2.020)	(83)	(223)

(a) Do montante divulgado em 31 de dezembro de 2025, R\$ R\$768 (R\$720 em 31 de dezembro de 2024 referem-se a gastos com partes relacionadas, conforme divulgado na nota 18 Partes relacionadas.

17 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	1.796	1.305	33	—
Correção Restituição de impostos	—	—	—	2
Outras receitas financeiras	54	3	—	—
Total	1.850	1.308	33	2
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	—	—	(2)	(1)
Juros sobre empréstimos	(12.352)	(13.387)	—	—
Apropriação do custo de captação	(3.971)	(641)	—	—
Outras despesas financeiras	(678)	(803)	—	—
Total	(17.001)	(14.831)	(2)	(1)
Resultado financeiro	(15.151)	(13.523)	31	1

18 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado	(768)	(720)	—	—
Despesas gerais ou administrativas	(768)	(720)	—	—
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(768)	(720)	—	—

(a) As controladas possuíam em 31 de dezembro de 2025 e 2024, contrato de prestação de serviços administrativos, com a finalidade de gestão dos ativos e atividades de backoffice, com a Casa dos Ventos S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Diretores não farão jus a qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

19 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Descrição	Mensuraçã o do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)		31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		7.831	7.831	13.504	13.504	238	238	293	293
Contas a receber de clientes		4.459	4.459	4.274	4.274	—	—	—	—
Aplicações financeiras vinculadas		5.163	5.163	4.679	4.679	—	—	—	—
Fornecedores		(1.140)	(1.140)	(2.230)	(2.230)	(1)	(1)	(27)	(27)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(176.905)	(211.797)	(185.729)	(224.104)	—	—	—	—
Comissões de fianças a pagar		(26.166)	(26.166)	(30.238)	(30.238)	—	—	—	—
Outras contas a pagar		(17.631)	(17.631)	(10.734)	(10.734)	—	—	—	—
Total		(204.389)	(239.281)	(206.474)	(244.849)	237	237	266	266

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Empréstimos e financiamentos	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

20 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda corrente	(1.397)	(1.332)
Contribuição social corrente	(694)	(655)
Total	(2.091)	(1.987)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	49.540	52.195
Alíquota de presunção (IRPJ)	8 %	8 %
Lucro presumido	3.963	4.176
Outras receitas não operacionais	1.817	1.308
Alíquota vigente	25 %	25 %
Imposto de renda corrente	(1.397)	(1.332)
Alíquota de presunção (CSLL)	12 %	12 %
Lucro presumido	5.945	6.263
Outras receitas não operacionais	1.817	1.308
Alíquota vigente	9 %	9 %
Contribuição social corrente	(694)	(655)
Alíquota efetiva	12,6 %	12,6 %

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	496	536
Imposto de renda e contribuição social no exercício	2.091	1.987
Impostos pagos sobre o lucro	(1.867)	(1.741)
Compensações no exercício	(239)	(286)
Saldos finais	481	496

21 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos classificados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: E93197DF-7055-4995-833A-2A167D176F48
 Assunto: Complete com a Docusign: TotalEnergies Terra Santa Holding.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 36
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Ronaldo Melo
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 ronaldo.melo@pwc.com
 Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original
 18 de maio de 2026 | 15:32

Portador: Ronaldo Melo
 ronaldo.melo@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original
 18 de maio de 2026 | 16:42

Portador: CEDOC Brasil
 BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Daniel Rodrigues de Oliveira
 daniel.oliveira@pwc.com
 Partner
 PwC BR

Assinatura

DocuSigned by:

 C8823729214040B...

Registro de hora e data

Enviado: 18 de maio de 2026 | 15:33
 Visualizado: 18 de maio de 2026 | 16:41
 Assinado: 18 de maio de 2026 | 16:42

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 200.182.197.164

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SyngularID Multipla
 Assunto: CN=DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA:31574423843

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Ronaldo Melo ronaldo.melo@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 18 de maio de 2026 16:42 Visualizado: 18 de maio de 2026 16:42 Assinado: 18 de maio de 2026 16:42
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	18 de maio de 2026 15:33
Entrega certificada	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:41
Assinatura concluída	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:42
Concluído	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:42

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------